

ARRECAÇÃO

Taxa das blusinhas expõe racha

Ala econômica do governo é contra o fim da tarifa, defendido pela ala política. Ontem, Alckmin disse ainda aguardar decisão

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Até menos de seis meses para as eleições de outubro, o imposto de 20% sobre a compra de produtos importados de até US\$ 50 tem gerado discussões internas na cúpula do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Enquanto os ministérios da Secretaria-Geral da Presidência da República e o da articulação política, na Secretaria de Relações Institucionais (SRI), mobilizam para uma possível revogação da chamada "taxa das blusinhas", a pasta da Fazenda e o presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin (PSB), compreendem a manutenção do tributo como estratégia de equiparação da indústria nacional em relação às estrangeiras.

Embora tenha defendido, nesta semana, a manutenção da taxa das blusinhas como uma forma de equiparar as indústrias estrangeiras com as nacionais, Geraldo Alckmin disse, ontem, aguardar definições sobre como o Planalto vai tratar desse imposto nos próximos dias.

"Essa (taxa) foi uma decisão do Congresso Nacional, não há ainda uma posição sobre isso, nós já nos pronunciamos, vamos aguardar", disse ele, ontem, em conversa com jornalistas que o acompanharam na visita a concessionárias de veículos no Entorno do Distrito Federal. Alckmin, ao dizer já ter havido pronunciamento de sua parte,

Francisco Artur de Lima/CB



O vice-presidente afirmou que a taxa foi uma iniciativa do Legislativo, mas defendeu que a medida é necessária para proteger a indústria

referiu-se ao fato de ele ter defendido a manutenção do imposto de 20% sobre todas as compras internacionais de até US\$ 50.

"Continuo a entender que é necessário, porque a tarifa é ainda menor do que à aplicada na indústria nacional. Se você for somar aí 20% do imposto de importação, mais o ICMS dos estados, vai dar menos de 40%. Já o produtor nacional paga quase 50%", argumentou

o presidente em exercício, que até a próxima semana terça-feira, continuará como substituto ao presidente Lula, que lidera comitiva à Alemanha para participar da Hannover Messe 2026, maior feira de tecnologia industrial do mundo, prevista para hoje.

Assim como Alckmin, que até o início do mês era titular do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), a

manutenção da taxa das blusinhas foi defendida pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron. Segundo ele, o fato de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter corroborado o entendimento do Legislativo e sancionado a taxa das blusinhas, em 2024, evitou uma concorrência "destrutiva e desleal". Outro ponto destacado em prol da manutenção da taxa abrange o abastecimento da caixa federal. Esse tributo, no ano passado, gerou cerca de R\$ 5 bilhões à União, conforme a Fazenda.

Divergências e números

Enquanto a continuidade da taxa das blusinhas tem sido defendida pela ala econômica do governo Lula, uma possível revogação do imposto tem o apoio até da cúpula nacional do PT, cujo seu presidente, Edinho Silva, é um dos coordenadores da campanha de reeleição de Lula. Com as eleições de outubro no radar, interlocutores do partido avaliam que acabar com a taxa das blusinhas pode ajudar eleitoralmente, já que a medida foi fortemente criticada pela população e usada como munição por políticos de direita, como o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), nas redes sociais.

O discurso sobre um possível fim da taxa das blusinhas, nesta semana, ecoou na Secretaria de Relações Institucionais. O titular dessa pasta, José Guimarães, sustentou ser uma "boa ideia" para este ano uma revogação do imposto de 20% sobre a compra de produtos importados, e sinalizou que o próprio chefe do Executivo vê a medida como favorável.

Essa interpretação de José Guimarães foi externada dias após o presidente Lula ter classificado a taxa das blusinhas como "desnecessária". "São compras muito pequenas, as pessoas de baixo poder aquisitivo é que compravam aquilo. Sei do prejuízo que isso trouxe a nós", afirmou Lula, na última terça-feira, em entrevista aos portais *Brasil 247*, *Revista Fórum* e *DCM*.

O presidente, mesmo com o discurso contrário à taxa das blusinhas, não chegou a dizer se vai revogar o tributo. Já o ministro Guilherme Boulos, da Secretaria-Geral da Presidência, considerou, nesta semana, como "razoável" uma possível revogação desse imposto. Ele, que também será um dos coordenadores da campanha de reeleição do petista, atribuiu ao Congresso a criação do imposto, apesar de a iniciativa ter tido forte apoio no Ministério da Fazenda, chefiado, então, por Fernando Haddad.

"A taxa das blusinhas não foi iniciativa do governo. Quem votou foi o Parlamento", acrescentou Boulos, sem explicar por que o Executivo sancionou a matéria, conforme o Legislativo aprovou.

Os entendimentos em prol da revogação da taxa da blusinha ocorrem após uma pesquisa da Latam Pulse Brasil, da AtlasIntel indicar, em março, que 62% dos brasileiros veem a medida como um erro do governo Lula. Na ponta positiva, porém, a pesquisa mostrou

que 75% dos 5.028 adultos ouvidos no levantamento aprovaram a isenção do Imposto de Renda a trabalhadores que recebem até R\$ 5 mil mensais.

Essa medida, junto a projetos como o fim da escala de trabalho 6x1 — que já foi enviado à Câmara — e a regularização do trabalho de motoristas por aplicativo, formam algumas das bandeiras de Lula para angariar votos nas eleições de outubro.

Outro levantamento que chamou atenção do Planalto foi o da Genial/Quaest, publicado na semana passada, que mostrou o candidato Flávio Bolsonaro (PL) com 42% das intenções de voto e Lula, com 40%, em um eventual segundo turno. O resultado, embora mostrasse que numericamente o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro — preso por tentativa de golpe de estado — na frente, concluiu um empate técnico entre os dois. Realizado entre os dias 9 e 13 de abril, esse levantamento ouviu 2.004 pessoas.

A taxa das blusinhas foi uma medida impopular por parte do governo Lula, tomada em um momento no qual era necessário aumentar a arrecadação para fechar as contas.

Ela entrou em vigor em agosto de 2024, mirando especialmente as plataformas chinesas de vendas online, como Shein e Shopee. Tais sites ofereciam produtos importados a preços consideravelmente mais baratos do que itens produzidos nacionalmente, já que estavam sujeitos a menos impostos. Além disso, indústrias chinesas, mais desenvolvidas do que as fábricas brasileiras, são capazes de produzir itens a custos muito mais baixos.

A taxa, portanto, foi adotada também por pressão do setor produtivo brasileiro, que apontou concorrência desleal com a empresas estrangeiras. Empresários, inclusive, uniram-se para enviar ao governo Lula um documento, na última semana, pedindo a manutenção do imposto. No texto, assinado por 67 associações produtivas, os representantes da indústria chamam de "absurdo" as falas recentes do presidente Lula sobre a taxa das blusinhas, e falam que a revogação seria apenas uma medida eleitoral, com prejuízos para a economia e mesmo com risco de perda de empregos.

"O setor produtivo brasileiro, trabalhadores e empresários, se une contra esta possibilidade, que ameaça uma série de conquistas do Brasil depois que estas plataformas de e-commerce passaram a pagar algum tipo de imposto no País", escreveram as associações, no documento.

De acordo com a carta, a taxa trouxe benefícios para o consumir e possibilitaram o aumento dos investimentos no setor do comércio, com aportes previstos de R\$ 100 bilhões somente para este ano.

"Não à toa, em 2025, vários países seguiram o exemplo brasileiro e passaram a cobrar impostos sobre os produtos exportados por esses gigantes bilionários do e-commerce", escreveram.

Estados vão aderir

O presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, afirmou ontem que 26 estados já aderiram à proposta do governo federal para subsidiar o diesel importado. A medida, de acordo com publicação no Diário Oficial da União de março, prevê subvenção de R\$ 1,20 por litro do combustível importado. Deste total, a União entraria com o custeio de R\$ 0,60 por litro de diesel, e os estados, com a outra metade.

"Vinte e seis estados já disseram que vão aderir. Vamos esperar até o dia 22 (próxima quarta-feira). Vamos torcer pela unanimidade", disse Alckmin durante conversa com jornalistas em visita a concessionárias da Fiat e da Volkswagen, no Entorno do Distrito Federal.

Quanto às possíveis formas de estados aderirem à proposta do governo, Alckmin sugeriu redução pela metade do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). "Não vai ter nenhuma conta para o futuro, é um entendimento: se o estado reduzir R\$ 0,32 do ICMS, o governo reduz mais R\$ 0,32 da conta dele para garantir abastecimento", explicou.

Alckmin, até a próxima terça-feira, comanda a presidência da República, em substituição ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que lidera uma viagem internacional para a Europa, abarcando Espanha, Alemanha e Portugal

Combustíveis

A expectativa de Geraldo Alckmin para que todos os estados aceitem a proposta da subvenção do diesel ocorre duas semanas após o governo federal ter anunciado medidas para conter a elevação dos preços do petróleo em decorrência do conflito no Golpe Pérsico envolvendo os Estados Unidos, Israel e Irã. Inicialmente, a maior parte dos governadores demonstrou resistência à medida, já que a taxa sobre combustíveis é um dos principais mecanismos para arrecadação unidades da federação.

Porém, com a continuidade do conflito, governadores resolveram aderir à proposta. Além disso, parte dos chefes estaduais de oposição, mais resistentes à iniciativa do Planalto, deixou o cargo no final de março para poder concorrer nas eleições de outono, como os então governadores de Goiás, Ronaldo Caiado, de Minas Gerais, Romeu Zema, e do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, que foram substituídos por seus respectivos vices.

Redução de impacto

Além da proposta de subvenção compartilhada com estados em R\$ 1,20 por litro de diesel, Lula já formalizou outras medidas como um subsídio de R\$ 0,80 no diesel produzido no Brasil, a redução de tributos sobre o biodiesel e a Querosene de Aviação, a criação de subsídios ao Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e o apoio ao setor aéreo diante da elevação do preço do querosene de aviação.

Porém, a gestão federal segue analisando novas propostas. Durante um café da manhã com jornalistas na quinta-feira, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), José Guimarães, afirmou que a Casa Civil e a equipe econômica monitoram a evolução da guerra e preparam novas medidas.

"O governo está elaborando medidas que não estão ainda todas prontas. Como nós já falamos, é para resolver, para ajudar. Não deixar que o tributo recaia sobretudo sobre os consumidores", comentou Guimarães. Ele admitiu ainda a possibilidade de aumentar o endividamento público, caso necessário, para evitar que o aumento do petróleo impacte no bolso dos consumidores, em um cenário em que a alta dos preços já preocupa o Planalto às vésperas das eleições.

"Se tiver que aumentar o endividamento do país, tem que fazer para salvar a economia popular", declarou José Guimarães, que assumiu o cargo na semana passada. (FAL)

LUZES DO CERRADO

Cultura e Energia de Brasília

A Maratona Brasília 2026 abre espaço para a cultura durante o feriado. Nos dias 20 e 21 de abril, o público poderá aproveitar a programação especial gratuita do palco Luzes do Cerrado, que promete reunir arte, música e entretenimento em meio ao clima esportivo.

Confira a programação completa:

20 de abril (segunda-feira)

<p>7h às 7h40 – Kilombrasil Local: palco Modalidade: aula-show de capoeira</p>	<p>9h20 às 10h – DeeJay Pavanny + Circus FY Local: palco + gramado Modalidade: música de ambientação + performance circoense</p>
<p>7h40 às 8h10 – Circus Kids Local: gramado Modalidade: performance cênica circoense</p>	<p>10h às 11h30 – Samba Tia Zélia convida Marcelo Café e Ana Cardoso Local: palco Modalidade: samba show</p>
<p>8h10 às 8h50 – Hit Haus Local: palco Modalidade: aula show de boxe</p>	<p>11h30 às 12h – DeeJay Pavanny Local: palco Modalidade: música de ambientação</p>
<p>8h50 às 9h20 – Asas Para Dançar Local: palco Modalidade: dança inclusiva (PCD)</p>	

21 de abril (terça-feira)

<p>7h às 7h40 – Aula Fitdance Local: palco Modalidade: aula-show de dança</p>	<p>9h20 às 10h – Pagodão + coletivo afrontasia Local: palco + gramado Modalidade: aula show de dança + música</p>
<p>7h40 às 8h10 – Arca de Arabesco Local: gramado Modalidade: futebol de pernas de pau - circoense</p>	<p>10h às 10h20 – DeeJay Pavanny + Circus FY Local: palco + gramado Modalidade: música + aula show</p>
<p>8h10 às 8h50 – Banda Surdodum Local: palco Modalidade: percussão inclusiva (PCD)</p>	<p>10h20 às 11h30 – Eduardo e Mônica + The Corre Local: palco + gramado Modalidade: música + aula show</p>
<p>8h50 às 9h20 – Circus FY Local: gramado Modalidade: performance cênica circoense</p>	<p>11h30 às 12h50 – DeeJay Pavanny Local: palco Modalidade: música de ambientação</p>